

**O FIM DO CORTE MANUAL DA CANA-DE-AÇÚCAR E O "FIM"
DO CORTADOR DE CANA: A CONJUNTURA DOS
TRABALHADORES MIGRANTES NA MICRORREGIÃO DE
ITUIUTABA - MG¹**

**MANUAL CUT CLOSE CANE SUGAR AND THE "END" OF
CANE CUTTER: A SITUATION OF MIGRANT WORKERS IN
ITUIUTABA MICRORREGION- MG**

**CORTE MANUAL DE CIERRE CAÑA Y POR EL "FIN" DE
CORTADOR DE CAÑA: UNA SITUACIÓN DE LOS
TRABAJADORES MIGRANTES EN ITUIUTABA
MICRORREGIÓN – MG**

Natália Caroline Silva Nery²
natalianery02@gmail.com

Joelma Cristina dos Santos³
Joelma.santos110@gmail.com

RESUMO: A mecanização do corte da cana-de-açúcar, o fim das queimadas e a falência de agroindústrias canavieiras na região de Ituiutaba (MG) contribuíram para que grande parte dos trabalhadores migrantes residentes na região fosse obrigada a abandonar o corte manual da cana. Estes trabalhadores, que tradicionalmente saíam das suas regiões de origem – em geral, estados da região Nordeste - para vender sua força de trabalho em agroindústrias canavieiras do Triângulo Mineiro, encontraram-se atualmente em situações de desemprego ou empregos bastante precários. Este cenário de diminuição da produção canavieira no município de Ituiutaba está relacionado à falência de algumas usinas da região e ao fato de outras em funcionamento adotarem o corte mecanizado, o que deixa os trabalhadores migrantes sujeitos à marginalização e a atividades tão precárias quanto o corte manual da cana.

PALAVRAS-CHAVE: Mecanização, desemprego, cana-de-açúcar, migrantes.

ABSTRACT: The mechanization of sugarcane, the end of the fires and the failure of sugarcane agribusiness in the region of Ituiutaba (MG) contributed to many migrant workers living in the region were forced to leave manual cane cutting. These workers traditionally came out of their regions of origin - states usually the Northeast - to sell their labor force in sugarcane agribusiness TrianguloMineiro found themselves in situations of unemployment or rather precarious his

¹Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo apoio e recursos concedidos através do Edital MCTI/CNPQ/Universal 14/2014 e pela concessão de concessão de bolsa institucional de iniciação científica – Convênio CNPq/UFU.

²Graduanda do curso de Geografia e bolsista PIBIC/CNPq/UFU pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal / Universidade Federal de Uberlândia. Rua 20, nº 1.600 Tupã, Ituiutaba-MG. CEP: 38304-402. Email: natalianery02@gmail.com

³ Professora Doutora do curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal / Universidade Federal de Uberlândia. Rua 20, nº 1.600 Tupã, Ituiutaba-MG. CEP: 38304-402. E-mail: joelma.santos110@gmail.com

decrease scenario of sugarcane production in Ituiutaba municipality is related to bankruptcy and other plants in the region that have adopted the mechanical cutting, which leaves migrant workers subject to marginalization and the most precarious jobs or so as the manual cut cane.

KEY-WORDS: Mechanization, unemployment, sugarcane, migrants.

RESUMEN: La mecanización de la caña de azúcar, el incendio y el fracaso de la agroindustria de la caña en la región de Ituiutaba (MG) contribuyó a muchos trabajadores migrantes que viven en la región se vieron obligados a abandonar el corte manual de caña. Estos trabajadores que tradicionalmente se salieron de sus regiones de origen - por lo general se afirma el noreste - a vender su fuerza de trabajo en la caña de azúcar agroindustria Triángulo Mineiro se encuentra en situación de desempleo o empleos precarios. Este escenario de disminución de la producción de caña de azúcar en el municipio de Ituiutaba está relacionado con el fracaso de las plantas de la región y otros que han adoptado el corte mecánico, lo que deja a los trabajadores migrantes sujetos a la marginación y más o como el trabajador precario como el corte manual bastón.

PALABRAS CLAVE: Mecanización, desempleo, caña de azúcar, migrantes.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre migração no contexto da precarização do trabalho merece atenção especial, pois pode ser considerada como um componente da exploração dos trabalhadores em grande parte dos casos, haja vista que a migração é de um modo geral forçada pelas más condições de vida no local de origem, o que contribui para que os migrantes se submetam a contratações irregulares e ilegais. Além disso, muitas vezes estes são enganados em relação às condições de trabalho e salários que vão encontrar nos locais para onde migram. Quando estes migrantes abandonam seu local de origem, as características encontradas em seus novos locais de vida e trabalho não são as mesmas no que concerne a questões regionais, religiosas, culturais, dentre outras, o que leva a um processo de adaptação da realidade num contexto diferenciado, o que pode causar um processo de estranhamento na interação dos migrantes com o local para o qual migraram.

Estas pessoas não migram por vontade própria, essa migração é extremamente forçada, não é um simples deslocamento das pessoas no espaço, é a forma como as pessoas se organizam nele, a partir da falta de políticas econômicas e sociais adequadas. Em relação à perda de identidade, esta acontece justamente por essas diferenças regionais e muitos migrantes não têm a possibilidade de continuar com os costumes de origem, pois ficam à mercê do processo e da estrutura capitalista existente.

De modo geral, dentre os fatores que influenciam os processos migratórios, a migração para o trabalho é preponderante, o que pode gerar principalmente a sua vertente

sazonal, que se caracteriza por ser temporária, e o trabalhador migrante sai por um determinado período e posteriormente retorna ao local de origem, fato muito comum dentre os sertanejos. Cabe aqui mencionar o processo de desenraizamento – enraizamento vivido pelos migrantes “A representação do lugar, da terra de origem, constitui-se um elemento central da identidade desses trabalhadores” (SILVA, 1999. p.216). Com relação ao trabalho escravo ou semiescravo, este encontra-se em diversas atividades produtivas, o que inclui desmatamento, pecuária, reflorestamento, extrativismo vegetal, cana, lavouras em geral, carvão vegetal, mineração, extração mineral, construção civil, confecção, indústria em geral, serviços domésticos, serviços gerais, entre outros.

A microrregião geográfica de Ituiutaba localiza-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e transformou-se numa das principais regiões produtoras de cana-de-açúcar do estado de Minas Gerais, sendo que a área plantada com cana-de-açúcar aumentou de 14.135 hectares no ano 2005 para 68.667 hectares no ano de 2010 e 87.544 hectares em 2014, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta expansão canavieira contribuiu até o ano de 2013, para que houvesse um número significativo de trabalhadores migrantes executando o corte manual da cana na região. Estes recebiam por produtividade, o que estimulava uma maior produção, ou seja, sistemas de bonificação, que exploram o trabalhador, premiando aqueles que produzem mais.

Infelizmente esses trabalhadores alimentam falsas expectativas de que ganhando mais terão melhores condições de vida, mesmo que para isso precisem cortar mais de 10 toneladas de cana ao dia. Porém, desde o ano de 2014, não houve o corte da cana de açúcar na região, pois indústrias como as do Grupo João Lyra declararam falência e cessaram suas atividades, outras como a BP (British Petroleum) aderiram ao corte da cana 100% mecanizado a fim de aumentar a produção. Os trabalhadores do corte da cana que trabalhavam no município de Ituiutaba residiam em alojamentos normalmente situados nas áreas centrais, entretanto, com a ausência do corte da cana e conseqüentemente, de trabalho, alguns trabalhadores retornaram à sua terra de origem e outros se mantiveram na cidade, normalmente morando em bairros periféricos e/ou exercendo outras profissões. Dessa forma é importante analisar a situação que esses trabalhadores migrantes que não estão mais trabalhando com o corte de cana se encontram, se estão desempregados, sofrendo outro tipo de precarização e ou marginalização, seja na indústria ou serviços, ou se desejam, de alguma forma, voltar para o corte da cana.

Na sequência, discutiremos as migrações pelo mundo, seguida pela discussão sobre as migrações no território nacional e com ênfase nos estados da região Nordeste,

região cujo número de pessoas que migram é significativo. Assim, serão apresentados os resultados dos trabalhos de campos e pesquisas feitas com os migrantes originários dos estados de Pernambuco e Alagoas e os principais motivos das mudanças no cenário migratório, como a mecanização do setor sucroenergético.

AS MIGRAÇÕES PELO MUNDO

Os fenômenos de mobilidade populacional adquirem cada vez mais notoriedade, seja no Brasil, como no restante do mundo. Estes processos se materializam na dimensão interna, tanto pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias e pequenas em razão dos grandes centros urbanos, como no deslocamento por movimentos pendulares, que ocorrem em curto espaço de tempo e em distâncias menores. Em relação a esses processos de mobilidade populacional, alguns aspectos precisam ser pensados, como as migrações internacionais para o Brasil, as crises migratórias do continente europeu e a motivação da migração dentro do próprio território nacional, são alguns destes aspectos.

O ato de migrar corresponde à mobilidade espacial, seja de um país, estado, região, município para outro, como internamente. Os processos de migração existem desde os primórdios da humanidade, cujas motivações eram e são inúmeras; como por exemplo, as perseguições políticas, desastres ambientais, guerras, busca de trabalho e melhores condições de vida, fatores econômicos e de bem estar social de modo geral. Um dos processos de migração internacional que pode ser destacado é o que ocorreu do continente africano para países da Europa e América para realizar trabalho escravo na época da colonização. Desde este momento muitos fluxos migratórios internacionais se intensificaram.

Conforme relatório de desenvolvimento humano de 2009, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aproximadamente 195 milhões de pessoas moram fora de seus países de origem, o equivalente a 3% da população mundial, sendo que cerca de 60% desses imigrantes residem em países ricos e industrializados. No entanto, em decorrência da estagnação econômica oriunda de alguns países desenvolvidos, estima-se que em 2010, 60% das migrações ocorram entre países em desenvolvimento. (CERQUEIRA, 2014, p. 2)

Pode-se constatar que os principais destinos da migração internacional são países de economia mais desenvolvida como Estados Unidos, países da União Europeia, Japão, dentre outros. Vários destes países promovem políticas para evitar esta migração,

pois de certa forma esta pode trazer problemas socioeconômicos, além da existência de preconceitos e xenofobia.

Segundo a ONU, esse quadro de migrações tem se intensificado muito nas últimas décadas e a Ásia tem liderado o crescimento da sua população migrante, foram 20 milhões de 2000 a 2013, além disso, ainda segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), o número de migrantes globais aumentou cerca de 4,6 milhões por ano. Nos últimos anos, o conflito na Síria deu origem a cerca de 1,5 milhão de refugiados. A ONU aponta ainda que a presença de uma longa situação de refúgio e a travessia arriscada é a única alternativa para milhões de pessoas que se arriscam para chegar à Europa.

Segundo Pouchard (2015), a migração internacional atingiu uma dimensão excepcional nos últimos dois anos, pois mais de 280 mil pessoas entraram de forma ilegal na União Europeia somente nos 8 primeiros meses de 2015.

Esse número vem sofrendo um crescimento exponencial principalmente devido à guerra na Síria. Os sírios de fato representavam sozinhos 27,9% dessas entradas em 2014 (ou seja, 79 mil pessoas), à frente dos eritreus (34.500 pessoas, ou 12,2%), dos afegãos e dos kosovares (22 mil pessoas de cada uma dessas nacionalidades, ou 7,8% cada). Assim, quase metade dos migrantes vieram da Síria, da Eritreia e do Afeganistão, todos países em guerra ou sob algum regime ditatorial. (POUCHARD, 2015, p. 3)

Além de países como a Síria, Iraque, Afeganistão, Líbia, Congo, Kosovo que protagonizaram esse movimento migratório devido a questões mais severas de instabilidade, guerra e caos no cenário internacional. Nesse cenário é inevitável citar os refugiados, enquanto desafio mais urgente da migração na conjuntura internacional. Em relação aos acontecimentos passados existem pelo menos três fatores que podem ser citados como modificadores no cenário internacional das migrações, um deles foi o fim da Guerra Fria, seguido do atentado do dia 11 de Setembro e o acirramento dos fluxos migratórios internacionais, sobretudo de refugiados. Igualmente, a queda do muro de Berlim não poderia deixar de ser citada, pois este importante acontecimento histórico reduziu as razões ideológicas, que durante a Guerra Fria constituíram-se enquanto fator motivacional do compromisso de alguns países em abrigar refugiados.

Por sua vez, os atentados às Torres Gêmeas de Nova York, como acima já exposto, provocaram um endurecimento das políticas imigratórias, despertando suspeitas generalizadas em relação a muitos estrangeiros, inclusive aos solicitantes de proteção internacional. Finalmente, a intensificação dos fluxos migratórios, além de exacerbar medos e preconceitos xenófobos, contribuiu a dificultar os procedimentos de determinação da condição de refugiados. (MARINUCCI; MILESI, 2005 p. 15).

Como já mencionado, as questões econômicas se constituem em uma das principais motivações para o fenômeno da migração, segundo alguns estudiosos, ela é um produto da crise neoliberal contemporânea que, no sistema econômico atual diminui a oferta de emprego, e por consequência as pessoas se deslocam em busca dele. Dessa forma, no sistema atual em que impera a lógica e a “lei” do lucro, os bens e valores, objetos e até pessoas são passíveis de negociação, logo os migrantes não fogem disso. Assim, considerar os processos de mobilidade espacial como um produto do sistema capitalista neoliberal é constatar que a globalização garante mais direitos ao capital do que aos seres humanos, e o que antes era visto como um potencial de trazer novidades enriquecedoras e mão de obra, agora assume também outra face, pois pode se converter também em fonte de terrorismo, ameaça de desemprego e segurança. Um dos marcos para essa mudança de visão sobre os migrantes foi o atentado de 11 de setembro de 2001, ocorrido nos Estados Unidos.

Segundo o informe da ONU, 63% dos migrantes residem em países desenvolvidos (110 milhões). Embora seja um fenômeno recente - a maioria dos migrantes internacionais vivia em países em desenvolvimento nos levantamentos de 1980 (52%), de 1970 (53%) e 1960 (58%) - não há dúvida de que os fluxos migratórios das últimas duas décadas estão se direcionando preferencialmente para os países economicamente mais ricos. Não é por acaso que a porcentagem de migrantes nos países desenvolvidos passou de 3,4% para 8,7% da população. (MARINUCCI; MILESI, 2005, p. 7).

Segundo Marinucci; Milesi (2005) o fenômeno migratório contemporâneo, principalmente por sua intensidade e diversificação, torna-se cada vez mais complexo principalmente devido à causa de suas origens, pois a economia globalizada leva à exclusão cada vez maior de povos que precisam lutar pela sua sobrevivência, além das questões étnicas e religiosas muito ligadas ao continente africano, decorrência da colonização passada. A América Latina tem grande destaque em problemas migratórios ligados ao narcotráfico, crime organizado, safras agrícolas, projetos de construção civil, dentre outros.

No Brasil somente entre as décadas de 80 e 90, milhões de brasileiros deixaram o país, devido às consecutivas crises econômicas e à instabilidade frequente da economia, além das várias mazelas sociais, como fome, desemprego; produtos da globalização, que tirou e/ou precarizou milhões de postos de trabalho. Então os brasileiros, em busca de melhores condições de vida migraram para países desenvolvidos como os EUA e Japão, por exemplo. Internamente na América do Sul, um grande número de brasileiros migrou para o Paraguai, esses migrantes ficaram conhecidos como brasiguaios, os quais exercem atividades agrícolas no país.

Já os Estados Unidos receberam um número gigantesco de brasileiros que exercem atividades que requerem pouca qualificação, esse fluxo diminuiu, porém ainda é intenso, muitos deles se arriscam de forma clandestina pelo México nas mãos dos “Coyotes”, enfrentando os desafios do deserto, contraindo dívidas e correndo o risco de deportação, porém, com o passar dos anos, o Brasil passou a receber uma grande quantidade de imigrantes e diminuir a quantidade de emigrantes que saem do país. Nesse contexto o Brasil tem recebido pessoas do Haiti, Senegal, Bangladesh, Bolívia, dentre outros países que se encontram em situação econômica e de desenvolvimento social inferior ao Brasil. Segundo Salgado (2014), as razões pela escolha do Brasil enquanto país de destino são trabalho e estudo. Os haitianos não tem ensino gratuito e a vontade de colocar os filhos na escola é um dos motivos, quando estes trabalhadores conseguem emprego, na maioria das vezes é em setores de montagem, construção civil, frigoríficos, dentre outros que não exigem qualificação e pagam baixos salários, apesar disso, o Brasil possui uma política específica de ajuda aos Haitianos, que sofrem grande preconceito no Brasil,

No Acre, uma força-tarefa de atendimento, com policiais federais e funcionários do Ministério do Trabalho, emitem carteira de trabalho, CPF e protocolo de refúgio aos imigrantes, com pedido de visto de trabalho de dois anos e permanência em caráter humanitário, que garante a estada legal, por cinco anos, que pode ser renovada por mais cinco. (SALGADO, 2014, p. 2)

Apesar dessas políticas, existem várias burocracias que dificultam a regulamentação desses imigrantes, pois os estrangeiros que chegam ao país com o visto de turista só conseguem permissão de trabalho, além disso, muitos destes imigrantes pedem refúgio à polícia federal, dessa forma conseguem documentação temporária, porém esse processo é demorado. “Os imigrantes que entram ilegalmente no Brasil costumam se aproveitar de países que não exigem visto de pessoas em trânsito, como o próprio Brasil. Orientados por coites vão de avião ao Peru ou à Bolívia e continuam o caminho por terra” (SALGADO, 2014, p. 2). Atualmente um grande número de pedidos de refúgio à Polícia federal veio de refugiados de Bangladesh, Senegal e agora principalmente do Líbano e Síria.

No próximo tópico discutiremos as migrações dentro do território nacional, destacando as migrações ao longo da história do país, decorrentes do êxodo rural, do

menor desenvolvimento econômico de outros estados, entre outros motivos, com ênfase aos estados do nordeste em que o fenômeno da migração está muito presente.

AS MIGRAÇÕES DENTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Cabe aqui destacar que ainda enquanto colônia, no processo de formação e constituição do território brasileiro, o país passava por intensos processos migratórios. Assim, um grande contingente de africanos, portugueses, espanhóis e holandeses chegou ao país para exploração dos seus recursos naturais. Tempos depois, durante os séculos XVII e XVIII a intensa busca por metais preciosos e outras riquezas durante o ciclo do ouro desencadeou grandes fluxos migratórios internos dentro do território nacional. Já nesta fase, os principais destinos eram Goiás, Mato Grosso e Principalmente Minas Gerais.

A partir do século XIX as imigrações provenientes de países da Europa tiveram grande destaque após a abolição da escravatura, pois entrou no país significava mão de obra europeia para trabalhar nas lavouras de café, além do aperfeiçoamento do comércio e desenvolvimento do país. Posteriormente, já no século XX, o modelo capitalista (re) organizou os espaços e criou espaços privilegiados para a instalação de indústrias no território nacional, promovendo a centralização das atividades industriais e econômicas na região Sudeste, como sequela desta (re) organização do território, milhares de brasileiros de todas as regiões deslocaram-se para as cidades do sudeste, com destaque para o estado de São Paulo.

Historicamente, não se pode falar de migração dentro do território nacional sem abordar as questões do êxodo rural, ou seja, a migração da população rural para as cidades, o que se intensificou nas últimas décadas, pois as políticas econômicas favorecem os grandes proprietários e latifundiários e desfavoreceram os pequenos produtores rurais, deixando-os à míngua, sem uma reforma agrária eficiente ou recursos suficientes para a agricultura camponesa. Entretanto, a região sudeste, que sempre recebeu um maior número de migrantes, tem apresentado declínio nesse número, por consequência, há a estagnação econômica e aumento do desemprego nos grandes centros urbanos, ocorrendo uma mudança no cenário nacional, ainda lenta, porém significativa, em que a região Centro-Oeste passou a ser o principal destino desses migrantes, por ser o principal palco da produção agrícola do país e apresentar fiscalização pouco efetiva das leis de trabalho escravo e precário e ainda por concentrar grande parte da produção de grãos no país,

mesmo que infimamente, mão de obra braçal visto tratar-se de lavouras mecanizadas em sua maior parte.

A região Nordeste sempre foi o ponto central das discussões quando o tema é migração pelo território brasileiro, por ter sido uma das regiões mais emissivas de migrantes para as outras regiões. Este vetor migratório ainda existe, porém ele começou a ter um declínio a partir da década de 2000. Pode-se dizer que o número de trabalhadores nordestinos rumo a outras regiões diminuiu bastante. Essa transformação pode ser explicada pelo fato de o nordeste vir apresentando novos índices de recuperação econômica e de industrialização, além disso, várias indústrias começaram a migrar para a região. Porém, as migrações de pessoas que saem da região nordeste para outros estados ainda existem em grande quantidade, o que abrange todos os Estados, destacando Estados como Alagoas, Piauí, Maranhão e Pernambuco, No caso do Maranhão Segundo Cunha; Baeninger (1997) na década de 90 teve um saldo negativo de 6.072 pessoas.

Pernambuco foi outro estado que mesmo no nível interno manteve-se como de perda de populacional, embora bastante baixa, De fato, este estado concentrou 22,0% de emigrantes da Região nos dois períodos: 101.758 pessoas no período 1986-1991 e 72.206, no período de 1991-1996; mas também foi o estado de maior volume de imigrantes intra-regionais: 91.672 e 72.206, respectivamente. (CUNHA, BAENINGER, 1997, p 148).

De modo geral, o Nordeste é uma área de emigração para os estados de outras regiões, a migração inter-regional passou a adquirir maior importância, pois esses movimentos garantiram a maior entrada de pessoas para estados como Piauí, Pernambuco e Maranhão, e Alagoas, pois nos últimos anos, grande parte da sua migração tem origem na própria região, que é muito diversa e tem suas grandes diferenças dentro do próprio território. É preciso analisar porque mesmo atualmente grande parte da população de estados como Pernambuco e Alagoas ainda migram para o sudeste, mais especificadamente para Estados como Minas Gerais e São Paulo.

A migração em prol do corte da cana é algo que existe há muitos anos no Brasil, seja para estados do sudeste, do centro-oeste, ou até mesmo entre os estados do nordeste, pois a mão de obra utilizada nesse tipo de produção é uma mão de obra em sua imensa maioria com pouca escolaridade e migrante, por isso muitas vezes uma mão de obra barata. Durante séculos Pernambuco foi perdendo apenas para São Paulo, como o principal produtor de açúcar. Até o século XX, estados como a Bahia e Rio de Janeiro não conseguiam ultrapassar a produção de Pernambuco, como exceção do estado de Alagoas,

que foi perdendo destaque na produção do açúcar. Problemas como a seca, a dificuldade em competir com os custos de produção no Centro-Sul e a extinção de subsídios, a produção canavieira de Pernambuco teve seus retrocessos.

Numerosas usinas encerraram suas atividades industriais, com forte repercussão na atividade agrícola, por desemprego no meio rural e avanço dos movimentos sociais de trabalhadores rurais (MST e FETAPE, sobretudo), aliados às ações promovidas pelos trabalhadores rurais junto à Justiça do Trabalho e ao pagamento das indenizações por tempo de serviço com terras. Assim, pela lentidão da ação do Inca frente às invasões, o processo de esfacelamento das propriedades rurais avança com firmeza. (ANDRADE, 2001, p. 4)

A cana de açúcar no território pernambucano é cultivada na Mesorregião da Mata, uma estreita faixa próxima ao litoral. No ano de 1934, Pernambuco já tinha um número de 66 usinas, o que levou o governo a criar o Instituto do açúcar e do Alcool (IAA) que teve seu fim em 1990, durante o Governo Collor.

Assim, em razão da competitividade, várias usinas encerraram suas atividades, porém, algumas retornaram sua produção a partir do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), que foi um programa de substituição em larga escala dos combustíveis derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo brasileiro a partir de 1975 devido à crise do petróleo em 1973.

Ainda sobre o estado de Pernambuco, convém destacar que este enfrenta uma das maiores crises de sua história devido aos aspectos econômicos e naturais. Em relação aos econômicos, pode-se dizer que várias usinas fecharam por falta de créditos para adequar-se a mecanização, outra transferiram seus investimentos para regiões do Mato Grosso e Minas Gerais, por exemplo, quanto ao aspecto natural, a seca que afeta o estado por vários anos é um dos motivos causadores da crise. A ocupação dessas áreas em que antes funcionavam usinas vem se dando de forma conflituosa, o que engloba a luta pela terra de movimentos sociais como o MST.

Como consequência da capitalização da agricultura brasileira teremos uma elevação da histórica concentração da propriedade da terra, um efetivo processo de oligopolização, transformação das relações sociais de produção, fragmentação e especialização do espaço agrícola, incremento da urbanização, distâncias entre os produtores agrícolas e os centros de decisões e pesquisa, beneficiamento industrial dos produtos agropecuários, homogeneização do padrão de consumo mundial e uma redefinição da divisão territorial do trabalho agropecuário. (NASCIMENTO; LIMA, 2009, p. 5).

Contudo, mesmo com a presente crise do setor ainda existe a atividade das usinas que utilizamos corte manual, pois o não desenvolvimento do mercado interno, a pouca fiscalização e o pouco investimento fez com que essas atividades continuassem de forma precária, por mais que essa região continue com essa atividade ela não atrai contingentes populacionais significativos em busca de mão de obra. Muitos dos trabalhadores que continuaram no corte da cana em Pernambuco não conseguem trabalho assalariado em outra função que não o corte, alguns desses trabalhadores, na época da entressafra se empregam em sua maioria na construção civil. Segundo Campos (2007), a renda mensal dessas famílias que sobrevivem do corte da cana é um salário, ou seja, muito baixa se comparada à renda que um cortador ganha em estados como Minas Gerais e São Paulo, por exemplo. A baixa escolaridade, a baixa renda e a falta de emprego em outras áreas para esses cortadores os incentiva a mudar, mesmo que pra exercer o mesmo trabalho em condições precárias, porém, um pouco mais rentável.

Os trabalhadores das usinas de Pernambuco enfrentam em sua maioria casos graves de precarização, que foram diversas vezes denunciados pela mídia e movimentos sociais locais, como a falta de segurança e saúde nos ambientes das usinas, como se não bastassem esses problemas, muitas vezes esses trabalhadores precisam ser resgatados de usinas em condições de trabalho escravo. De acordo com relatos, em apenas um ano, mais de 283 trabalhadores foram resgatados por não possuir nenhum equipamento de proteção, nenhuma alimentação e nem água, além de fazerem suas refeições trazidas de casa, expostos ao sol e sem nenhum tipo de variação nutricional.

Sobre o estado de Alagoas, este teve contribuição significativa no movimento migratório destinado ao corte da cana-de-açúcar, pois vários trabalhadores deixaram o estado a fim de procurar uma melhor condição de vida e trabalho. Segundo Santos (2015) a migração que ocorreu no Estado principalmente nos anos 80 e 90 e que ainda ocorre principalmente com os trabalhadores do campo acontece também pela hierarquia decorrente da falta de igualdade, pois, além da desigualdade financeira, existe a desigualdade de gênero e as multifunções desempenhadas pelo trabalhador braçal que ultrapassa os limites de um trabalho saudável e suportável, e a representação da masculinidade ainda confere maior motivação para o enfrentamento da vida árdua que eles levam nas lavouras. Além desses problemas, o Estado legitimou normas que degradam ainda mais o trabalho do cortador de cana, financiando o desenvolvimento da agroindústria canavieira e esquecendo o trabalhador.

Cabe ressaltar que assim como outros estados, Alagoas se beneficiou do Instituto do Açúcar e do Alcool, pois “o Instituto do Açúcar e do Alcool foi um dos principais órgãos estatais a emprestar grandes somas em dinheiro e eximir de impostos fiscais os usineiros, não apenas em Alagoas, mas também em estados como São Paulo e Minas Gerais.” (SANTOS, 2015, p. 6). Em Alagoas, por motivos de seca e falta de recursos financeiros, o pequeno produtor rural deixa o Sertão Alagoano para realizar o corte da cana na Zona da Mata nos períodos de safra, essa migração pode ser classificada como sazonal, a remuneração ainda segundo Santos (2015) não ultrapassava um salário e durante a entressafra esse cortadores voltavam para o sertão. Essa baixa remuneração e grandes dificuldades fez com que vários trabalhadores deixassem o Estado de Alagoas e migrassem definitivamente para Estados como Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Com a mecanização, fenômeno esse que está ocorrendo em todo o território nacional, a configuração do corte de cana em Alagoas se modificou, as usinas se modernizaram, um grande número de trabalhadores perdeu o seu emprego;

Os novos atores desse universo, ao que constatamos empiricamente, se mostram por trabalhadores mais jovens entre 19 e 25 anos, especializados, com nível médio completo e formação técnica em mecânica (exigido para a operação e manutenção das máquinas). A procedência desse novo contingente de trabalhadores é bastante variável, em que se têm trabalhadores desde as regiões da própria Zona da Mata, Agreste ou Sertão alagoano, ou até mesmo de estados da federação como Pernambuco e Sergipe que se deslocam em busca desses novos postos de trabalho criados na região canavieira de Alagoas. (BAENINGER, 2000, p. 13).

Todavia, a mão de obra migrante atual de Alagoas não é composta apenas de sertanejos. Esta mão de obra que trabalha na mecanização das usinas traça um perfil mais jovem, especializado, com maior escolaridade, onde o “velho” cortador não encontra espaço e prefere permanecer em outros Estados e locais, mesmo que nesses locais já exista a mecanização. Porém, é importante ressaltar que o movimento migratório intrarregional existe e muitos ex-cortadores deixam os locais do corte da cana nos Estados de Alagoas e Pernambuco, ou até mesmo nos estados de outras regiões, como Minas Gerais e São Paulo, em decorrência da mecanização, muitos deles também não conseguiram levar a família consigo no momento da migração e retornam para o sertão ou outros locais de origem.

No âmbito intra-regional, a migração de retorno também vem desempenhando importante papel na distribuição da população nordestina. Os movimentos de retorno intra-regionais mais significativos

partiram de Pernambuco para Alagoas, com de 40,3% de emigrantes na condição de retorno, no período 1981-1991, elevando-se para 47,4%, no de 1990-1995. (BAENINGER, 2000, p. 6).

É válido ressaltar que esse fenômeno da migração para a região Sudeste é muito comum em toda região Nordeste. Para Woortmann (1990), os homens, sobretudo os filhos de pequenos produtores, a estratégia de ir para o Sudeste é uma necessidade, principalmente para aqueles que ainda não são casados e não tem filhos, pois o dinheiro ganho lá será usado para constituir uma nova família ou um novo negócio. Ainda segundo Woortman, a questão é sem dúvidas um problema real para os sítiantes fracos é justamente para estes que a migração é mais importante, do ponto de vista do projeto de vida do filho. Migrar ou não, poderá depender então, não só da sazonalidade ou da alternância de anos bons e ruins, mas igualmente das possibilidades de outros usos alternativos do tempo e dos recursos disponíveis, realizando-se um cálculo para considerar que a migração é e será viável. O costume com o trabalho braçal e a insistência dos “gatos” os assim chamados intermediadores que recrutam trabalhadores braçais em outras regiões, são fatores decisivos para as famílias, sobretudo os homens, migrarem para outras regiões em busca de uma melhor qualidade de vida.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A MECANIZAÇÃO DO CORTE

A preocupação com o fim das fontes de energia tradicionais e não renováveis como o petróleo fez com que a busca por fontes limpas e renováveis de energia fossem maior desde os anos 1970. Foi em meio a este contexto que surgiram programas como o Proálcool, que incentivou a produção de álcool combustível e aumentou a quantidade de agroindústrias canavieiras no país. Essa grande expansão da cana ocorrida nos últimos anos gerou muitos impactos no território brasileiro, inclusive do ponto de vista da mão-de-obra utilizada no corte da cana.

[...] o adensamento das migrações sazonais, sobretudo de trabalhadores da região Nordeste que migram para trabalhar no corte de cana nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Aliado à temática da mobilidade dos trabalhadores, outro tema que tem sido analisado pelos pesquisadores são as condições de trabalho nos espaços dos canaviais. Eles têm identificado alto grau de exploração da força de trabalho, através da alta produtividade exigida pelas usinas no corte manual de cana. Na década de 1980, as usinas exigiam que o trabalhador cortasse em média cinco (05) a oito (08) toneladas de cana, por dia; em 1990 esta média sobe para oito (08) a nove (09) toneladas/dia, passando para 10t/dia em 2000 e

para doze (12) a quinze (15) toneladas/dia, em 2004. (MENEZES,2011, p. 62)

Uma questão muito discutida é o fato dos trabalhadores cortadores de cana receberem por produção. Essa forma de pagamento faz com que os trabalhadores busquem ultrapassar a meta “imposta” normalmente por eles mesmos para cortar cana. O desgaste do trabalhador torna-se muito grande e o mesmo não recebe a devida atenção para com sua saúde. O corte da cana afeta muito o corpo e a mente dos trabalhadores e causa além de doenças e exaustão, também a exclusão social. Isso fez com que esferas da sociedade, inclusive internacionais cobrem atitudes por parte do poder público e das agroindústrias do setor canavieiro sobre o trabalho degradante realizado por estes trabalhadores, e sobre os impactos ao meio ambiente e à dignidade humana.

A competição no mercado por parte das usinas e o slogan “ecologicamente correto” surgiu a partir de exigências do poder público e de leis que proíbem maiores danos ambientais no processo de cultivo da cana, ocasionado pela queima da mesma. O slogan mencionado é muito importante para a competitividade e venda para o mercado internacional, e fez com que as agroindústrias canavieiras tomassem duas atitudes: o fim da queima da cana-de-açúcar e o fim do corte manual.

Na questão da dignidade do trabalho humano, as empresas resolveram aderir ao corte mecanizado para a obtenção de maiores lucros, pois os movimentos grevistas dentre os trabalhadores para requerer seus direitos começaram a tomar maiores proporções com vários casos de trabalho precarizado e até semiescravo denunciados ao poder público. Geralmente, os benefícios para os empresários do setor com as colheitadeiras são inúmeros, pois os custos se comparados aos gastos com os trabalhadores são ínfimos, visto que os salários pagos a estes eram baixos. O trabalho feito por uma colheitadeira substitui até 700 cortadores, apesar das vantagens do trabalho mecanizado as colheitadeiras tem um valor inicial muito elevado e precisam de manutenção.

[...]busca-se resolver a degradação ambiental causada pelas atividades do setor, que polui não apenas o ar, mas, também, o discurso do etanol enquanto combustível limpo. Com o fim do corte manual de cana, objetiva-se acabar ou, ao menos, amenizar a degradação do trabalhador e evitar casos extremos como doenças que inutilizam o trabalhador ou chegam a causar-lhe a morte. As duas estratégias deverão ser realizadas via mecanização da colheita da cana-de-açúcar. (MENEZES, 2011, p. 65).

Mesmo que essas medidas tenham se tornado cada vez mais frequentes, com destaque especial à mecanização, para Menezes (2011) a queima da cana é uma

realidade frequente em vários municípios brasileiros, visto que o corte com a planta queimada é até três vezes mais rentável e produtiva se comparado à cana crua. Porém, a fuligem liberada no processo da queima interfere na vida e saúde da população, além dos gases liberados com a queima, que prejudicam muito o meio ambiente, podendo provocar queimadas que causam morte de animais e destroem inclusive áreas de preservação permanente.

O corte da cana já é uma realidade por praticamente todo o país, o que enfraquece os sindicatos e mantém os salários baixos, o que piora a condição do trabalhador rural. Essa necessidade da mecanização surgiu a partir do maior rigor de leis ambientais que tratam da questão da poluição causada pela queima da cana. É importante ressaltar que a produção, ou seja, as toneladas de cana cortadas por um trabalhador cortador de cana, a partir da cana queimada é muito maior se comparado à cana crua, que não passou pelo processo da queima, nesse caso, para manter a mesma produção o trabalhador teria que produzir mais e a precarização nesse setor seria mais agravada.

A principal preocupação é o fato dos trabalhadores cortadores de cana enxergarem no trabalho nos canaviais uma esperança de mudança de vida, pois na maioria dos casos, a cidade de origem em que esses trabalhadores migrantes viviam não existe acesso à educação e a outros tipos de emprego e, no corte da cana, conseguem obter rendimentos mais elevados, se comparados a outros anteriores obtidos em outras atividades, mesmo em meio a um cenário de precarização. Não são todos os trabalhadores do corte manual que serão incorporados à colheita mecanizada, pois o corte mecanizado não vai empregar todos que saíram do corte manual.

Tendo essa tecnologia, as usinas passam a exigir desse trabalhador uma alta produtividade em seu trabalho. Os departamentos de relações humanas começam a trabalhar novas formas de gestão, organização do trabalho na perspectiva de aumentar a produtividade desse trabalho. Há dez, ou quinze anos, a média de cana cortada era de seis ou sete toneladas por trabalhador por dia. Hoje se contratam trabalhadores que cortam, no mínimo, dez toneladas de cana por dia. Intensificou-se o ritmo, a jornada de trabalho, então para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a referência dele passou a ser a máquina. Ele tem que cortar tão eficientemente quanto a máquina, e por um salário cada vez menor. (MENEZES, 2011, p. 18).

O que se considera o maior impacto da máquina sobre os trabalhadores está relacionado à possibilidade de um quadro de desemprego em massa, diante de extinção ou de extrema diminuição do corte manual de cana-de-açúcar em decorrência da grande preocupação com os danos ambientais causados pela expansão das fronteiras agrícolas que

gerou também a destruição do Bioma Cerrado, uma variação das savanas, típica do Planalto central e é a segunda maior formação do Brasil. Essas políticas de investimento na cana-de-açúcar, a partir da bandeira ecológica dos biocombustíveis contribuem para que o capital agroindustrial canavieiro se consolide nas áreas de Cerrado.

As grandes plantações de monoculturas se expandiram nessas áreas, muitas delas que hoje são plantadas com cana de açúcar já deram espaço para outros cultivos, como soja e feijão. A expansão das lavouras de cana de açúcar na região de cerrado é um retrato da apropriação da natureza em prol da cadeia produtiva, o qual foi reforçado a partir da revolução verde, ou seja, o processo de modernização da agricultura, que incluía também a criação das sementes transgênicas, agrotóxicos, melhoramento do solo, dentre outras. “No capitalismo, o acesso aos recursos existentes na natureza passam por relações mercantis, visto que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua gratuidade natural”. (OLIVEIRA, 2003, p. 65)

É válido salientar que o fim da queima da cana só é economicamente rentável se for possível a mecanização. Alguns pesquisadores falam sobre o novo ciclo da cana, mais moderno e com grande expansão nas colheitadeiras. Esse processo de mecanização nos canaviais não é recente. De acordo com Neto (2010) durante a década de 1960, o Estado propôs a mecanização visando atender à demanda para exportação, porém, como a mecanização avançou pouco e de forma lenta, tratou-se de uma semimecanização, que se intensificou com o passar nos anos e só passou a ser significativa a partir dos anos 1990, ainda segundo Neto (2010), a adoção da mecanização da cana exige muitas adaptações, como o uso de cultivares mais adaptados ao processo, além do conhecimento sobre o alto valor das colheitadeiras, que algumas agroindústrias canavieiras não puderam adquirir, todavia com o aumento da tecnologia o problema dos terrenos acidentados já estará resolvido, pois já existem colheitadeiras com sensores, isso deve acarretar a diminuição do preço das máquinas mais tradicionais, porém a manutenção e o desgaste do solo é um ponto negativo para a adoção das mesmas.

Fazem parte desse processo as inúmeras ações que os trabalhadores do setor canavieiro têm levado à justiça do trabalho, visando cobrar os direitos desrespeitados durante o período da safra. Em trabalho recente, Silva e Ribeiro (2010: p. 24) fazem referência “ao grande número de processos trabalhistas movidos contra as empresas, visando ao respeito do cumprimento das normas trabalhistas”. Esses mesmos autores chamam atenção para o fato de que as audiências públicas e “as inúmeras fiscalizações feitas pelo Ministério Público nos canaviais, são indicadores do aumento do poder dos trabalhadores”, concluindo que “à medida que aumenta a força dos trabalhadores no campo social e a dos agentes do

campo jurídico que defendem seus interesses (promotores e juízes), impõem-se novas barreiras à força voraz dos capitais do chamado agronegócio do açúcar e do álcool” (MENEZES, 2011, p. 71).

Muitos empresários do setor relatam que os trabalhadores com as ações grevistas começam a “dar trabalho”, causar prejuízos aos lucros antes exorbitantes, pois os trabalhadores estão mais escolarizados, e cobram mais. Neste sentido, as usinas optam pelo corte mecanizado. Esse processo traz importantes discussões sobre o trabalhador migrante que encontra no corte uma estratégia de melhora de vida pra seu grupo social e família, além da concretização dos seus projetos pessoais. Existem alguns casos raros de trabalhadores que atuavam no corte que migraram para a função de operador de máquinas, o que resultou na melhoria da qualidade de vida dos mesmos, porém a mecanização do corte não consegue incorporar todos esses trabalhadores e muitos deles perdem o emprego e não conseguem outro tão rentável para eles quanto o corte. Não é possível dizer que estes ex-cortadores de cana que atualmente trabalham como operadores de máquinas estão imunes aos riscos, pois o superaquecimento dos motores da colheitadeira pode provocar incêndios e pode ter altas cargas psíquicas e muito esforço mental, devido ao grande grau de atenção e concentração.

Mesmo que a mecanização aconteça de forma intensa e numericamente significativa, as empresas precisarão do trabalho manual de outras formas, como por exemplo, na operação das máquinas. Como anteriormente havia um processo de expansão muito grande do número de usinas existentes, além da capacidade de produção das mesmas, isso contribuía para que os índices de desemprego dentre os ex-cortadores não fosse tão alto, visto que a empresa ainda continuava com alguns em outros setores, com uma possível retração, como aconteceu em alguns municípios, principalmente no Triângulo Mineiro o desemprego para esses trabalhadores se tornou agressivo. Os empregos mantidos, ou criados por essa nova fase da mecanização das lavouras não serão suficientes para compensar a menor utilização de trabalho braçal.

Sabe-se que o progresso técnico na agricultura subordina as forças da natureza e o trabalho à lógica do capital e à valorização do mesmo. Assim, a mecanização não é feita no sentido de prejudicar os trabalhadores, mas favorecer o lucro ou manter o lucro das empresas do setor, porém o favorecimento do capital e os avanços tecnológicos estão deteriorando as relações e condições de trabalho. Se por um lado, a mecanização significa o progresso do meio técnico, por outro, resulta na competição do homem com a máquina. Ou seja, quando esse não fica desempregado intensifica muito seu ritmo de trabalho. A exploração agravada pela mecanização é refletida não só no aumento da quantidade de cana

cortada pelo trabalhador que ganha principalmente por tonelada, mas foi agravada pela redução da média salarial, por aumentou a oferta de mão-de-obra e consequentemente aumentou o exército industrial de reserva composto por trabalhadores que se submetem cada vez mais a situações de trabalho degradantes.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE E EM OUTROS SETORES PRODUTIVOS

Visto que os ex-cortadores de cana em sua maioria migrantes ficaram impossibilitados de continuar trabalhando no corte, que é um tipo de trabalho precário e degradante, não os isentou de sofrer com a precarização do trabalho em outros setores de serviço, pois a precarização não existe somente nesse meio, mas em vários setores da divisão do trabalho, o que inclui trabalho escravo. Segundo o jornal Pragmatismo político (2016), mais de 936 pessoas foram resgatadas em condições de trabalho escravo no país, o perfil das vítimas era composto principalmente de pessoas do sexo masculino, com baixa escolaridade e que tenham migrado internamente no país, ainda segundo o jornal, a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE) realizou uma análise sobre o perfil das vítimas e constatou que 74% delas não vivem no município de origem e que 40% trabalham fora do estado de origem, a maioria deles de estados da região nordeste, desses 936, 58 eram estrangeiros. Além disso, nas cinco ações fiscais que encontraram a maior quantidade de trabalhadores em condições análogas às de escravo, três foram de caráter urbano. Dados da Secretaria de Direitos humanos mostram que as principais denúncias de trabalho escravo por grupo vulnerável ou violação de direitos ocorrem pelos principais motivos: Aprisionamento do trabalhador, condições degradantes do trabalho, jornada excessiva de trabalho, retenção de salários e outros. Tendo em vista essa realidade, o governo lançou o 2º Plano Nacional Para Erradicar o Trabalho Escravo – PNTE, para tentar solucionar um problema tão grave e ainda atual.

Outra questão que está frequentemente em debate sobre as diversas formas de precarização do trabalho é a terceirização, no Brasil ela é caracterizada em larga medida, pela precarização do trabalho por reduzir salários e benefícios, aumentar a jornada de trabalho, gerar insegurança no emprego, quebrar a solidariedade entre os trabalhadores, entre outras questões. Terceirizar ao máximo é entendido como trajetória desejável a empresa, o que evidencia impactos profundos para o mercado de trabalho e os movimentos sindicais.

O número de trabalhadores terceirizados deve aumentar caso o Congresso aprove o Projeto de Lei 4.330. A nova lei abre as portas para que as empresas possam subcontratar todos os seus serviços. Hoje, somente atividades secundárias podem ser delegadas a outras empresas, como por exemplo, a limpeza e a manutenção de máquinas. (LOCATELLI, 2015, p.1)

Para Locatelli, a terceirização corta salários, diminui o número de empregos e diminui a segurança para os trabalhadores, pois as companhias de menor porte não têm as mesmas condições tecnológicas e econômicas e recebem menos cobrança para manter um melhor padrão de segurança. Como se não bastasse a negociação com o órgão patronal também é dificultada numa empresa terceirizada, pois a grande fragmentação do setor dificulta a negociação. O Estado também terá menos arrecadação e mais gastos.

A mão de obra terceirizada é usada para tentar fugir das responsabilidades trabalhistas. Entre 2010 e 2014, cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Casos como esses já acontecem em setores como mineração, confecções e manutenção elétrica. (LOCATELLI, 2015, p.5).

A construção civil é um dos setores em que a precarização do trabalho e o trabalho escravo mais está presente, além é claro do trabalho informal. O conceito de trabalho informal “congrega em si uma série de atividades e formas distintas de inserção no mundo do trabalho. Estão aí incluídos tanto proprietários de pequenas estruturas produtivas quanto aqueles trabalhadores que operam total ou parcialmente na ilegalidade” (OLIVEIRA; IRIART, 2008, p. 438). Um dos motivos é o fato de a construção civil absorver grande parte dos trabalhadores rurais desempregados, seja pela mecanização, ou por motivos de falta de emprego disponível, por ser um trabalho manual e pesado, ele não exige grande qualificação e ou escolaridade e está sempre em ascensão.

As mudanças nos padrões de uso da força de trabalho promovidas pela reestruturação produtiva do capital e pela globalização intensificaram os casos de trabalho informal, o que está muito presente na mão de obra empregada na construção civil, que, segundo Oliveira;Iriart (2008) é composta por jovens do sexo masculino, com baixa escolaridade, de reduzida qualificação profissional e por excessivo contingente de migrantes e por consequência esses trabalhadores apresentam uma menor remuneração o que lhes impõe uma necessidade de estender a jornada de trabalho, como se não bastasse a baixa remuneração e as longas jornadas de trabalho o setor da construção civil é considerado um dos mais perigosos do mundo, liderando as taxas de acidentes de trabalho fatais e não

fatais. Como esses trabalhos são na imensa maioria das vezes informais, temporários e sem a garantia dos direitos trabalhistas.

A impossibilidade de se aposentar foi apontada como uma importante perda resultante do trabalho sem carteira assinada. Esse fato parece evidenciar, principalmente, a preocupação dos trabalhadores mais idosos com o envelhecimento e conseqüente diminuição da capacidade produtiva, além da maior dificuldade de conseguir trabalho. (OLIVEIRA; IRIART, 2008, p.443).

Apesar de a representação informal apresentar, predominantemente, aspectos negativos, alguns pontos positivos podem ser ressaltados segundo Oliveira; Iriart (2008) como a possibilidade de ganhar mais e realizar diversos serviços e sem a preocupação do não cumprimento com as leis trabalhistas e as pressões patronais. Para os trabalhadores terceirizados da construção civil, a realidade da precarização não é diferente, a elevada rotatividade e a descontinuidade dos processos produtivos, à medida que os serviços são terceirizados e que o trabalhador não participa de todo o processo de construção da obra.

A terceirização dos serviços, pautada no trabalho por produção e amplamente difundida no ramo da construção civil, tem-se constituído em uma das formas de remuneração geradoras de sofrimento, na medida em que coloca sobre o trabalhador toda a responsabilidade da produção e de sua remuneração. Desse modo, quanto mais produzir, mais ele ganha dinheiro. Essa situação impõe um ritmo acelerado ao trabalhador, fazendo com que ele ultrapasse os próprios limites, o que pode levar ao comprometimento da sua saúde. (BARROS, MENDES, 2003, p. 63)

Outro setor em que comumente encontra-se trabalho precarizado e um grande número de migrantes, muitas vezes ex-cortadores de cana empregados é o setor de corte de carne, nos frigoríficos, a partir do momento em que a carne se encontra limpa a incorporação de trabalhadores se torna muito necessária, para um trabalho bastante desgastante;

As exigências para a inserção dos trabalhadores são, portanto, ter condições de saúde para o desempenho de tarefas repetitivas, desgastantes e insalubres, demonstrando a centralidade da saúde no processo de seleção dos trabalhadores, para além da habilidade prévia e do seu nível de escolaridade. (OLIVERA; MENDES, 2014, p. 4629)

Os trabalhadores desse ramo permanecem num ambiente frio, com ruído elevado, e grande exposição à umidade e riscos biológicos (carne, vísceras, sangue) além da postura, movimento repetitivo, manuseio de materiais cortantes, “Além disso, a cadência elevada imposta pela gerência, que escolhe a velocidade das máquinas, leva à quase

impossibilidade de os trabalhadores determinarem o ritmo e exercerem seus direitos a pausas.“ (OLIVEIRA; MENDES, 2014, p. 423) ainda nesses locais, é comum encontrar pisos, escadas, rampas, corredores e passagens dos locais de trabalho que não apresentam a limpeza permanente, deixando o local escorregadio, com mau odor e perigoso para a proliferação de doenças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os migrantes que antes vinham para trabalhar nas usinas de Ituiutaba e região acabaram sofrendo com a falta de emprego e pagamentos, dessa forma é preciso averiguar a situação na qual encontram-se, pois vários não conseguiram retornar à sua terra de origem por falta de recursos financeiros, além disso, alguns deles tinham experiência somente no corte da cana, o que pode ter dificultado a entrada desses trabalhadores em outros setores.

Cabe ressaltar que existe um despreparo das instituições governamentais para essa mudança, o que demandará profissionais mais qualificados excluindo os menos capacitados desse mercado. Desta forma, surge a necessidade do Estado e instituições sociais criarem políticas públicas procurando minimizar o problema do desemprego. A principal preocupação é o fato dos cortadores enxergarem no corte de cana uma esperança de mudança de vida, porque, na maioria dos casos, a cidade de origem em que esses cortadores migrantes viviam não existe acesso à educação e outros tipos de emprego e com o corte os salários conseguem ser mais altos, mesmo com a precarização. Não são todos os trabalhadores do corte manual que são incorporados à colheita mecanizada, que requer menor mão de obra, o corte mecanizado não vai empregar todos que saíram do corte manual.

Tendo essa tecnologia, as usinas passam a exigir desse trabalhador uma alta produtividade em seu trabalho. Os departamentos de relações humanas começam a trabalhar novas formas de gestão, organização do trabalho na perspectiva de aumentar a produtividade desse trabalho. Os resultados são fantásticos nesse sentido. Há dez, ou quinze anos, a média de cana cortada era de seis ou sete toneladas por trabalhador por dia. Hoje se contratam trabalhadores que cortam, no mínimo, dez toneladas de cana por dia. Intensificou-se o ritmo, a jornada de trabalho, então para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a referência dele passou a ser a máquina. Ele tem que cortar tão eficientemente quanto a máquina, e por um salário cada vez menor. Aí temos um processo contraditório, no qual aparece a inovação tecnológica e, ao mesmo tempo, a piora nas condições de trabalho. (MENEZES et al, 2011, p. 18)

No decorrer desta pesquisa foram realizadas entrevistas com um total de 30 trabalhadores que trabalhavam no corte da cana, devido ao fato de que como não existe mais safra da cana desde 2014 vários trabalhadores retornaram ao local de origem e apenas uma parte se manteve em Ituiutaba em decorrência de vários motivos, como o medo do desemprego no Nordeste, por já possuir emprego ou moradia fixa em Ituiutaba, dentre outros motivos.

Esses trabalhadores têm idade entre 25 a 53 anos, são migrantes, todos vindos da região nordeste, de municípios dos estados de Pernambuco e Alagoas. Assim, quando chegaram ao município de Ituiutaba passaram a morar em bairros periféricos, em locais mais isolados da cidade, devido às suas condições financeiras, visto que nestes bairros os aluguéis são mais baratos. Todavia, a maioria deles ganhava um salário surpreendentemente maior como cortadores de cana, se comparado aos rendimentos das atividades atuais que estes exercem. Essa dificuldade de conseguir empregos com melhores salários está ligada diretamente a baixa escolaridade da maioria dos entrevistados como mostra a figura 1.

A partir do gráfico 1 é possível perceber que a maioria dos ex-cortadores de cana, ou seja, 59% não completaram o ensino fundamental, e somente 2% completaram o ensino médio, sendo que do total de entrevistados, 2% eram analfabetos e 11% sabiam somente ler e escrever.

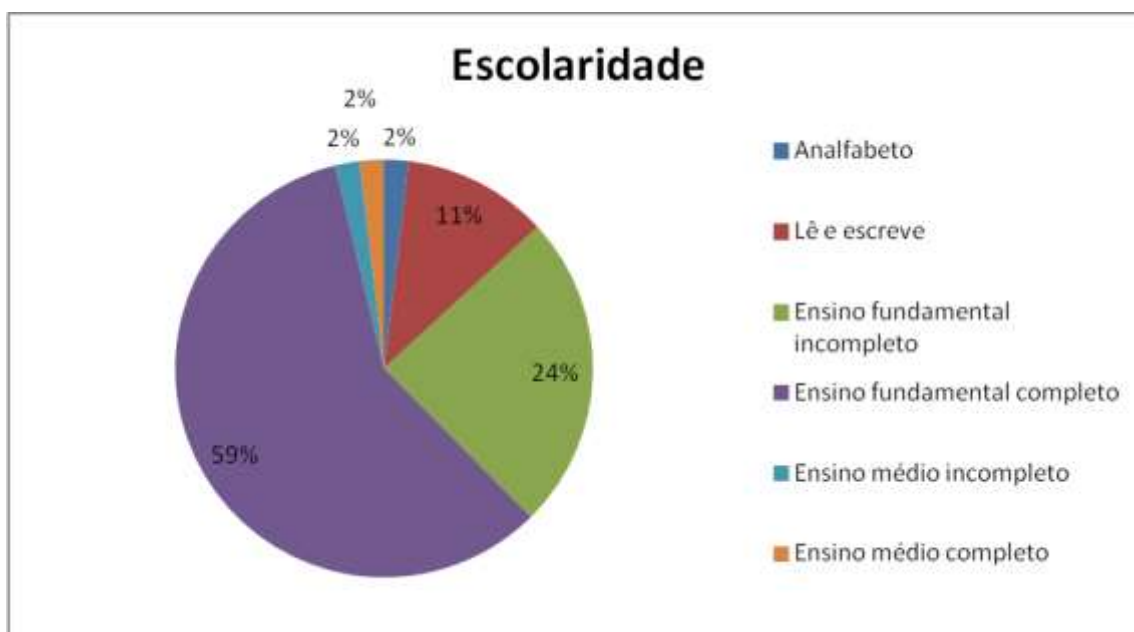


Gráfico 1: Nível de escolaridade dos trabalhadores ex-cortadores de cana.

Fonte: Trabalho de campo, 2015/2016.

Org.: Nery, N. S., 2016

O gráfico 2 mostra os estados de origem dos trabalhadores migrantes, a maioria da região Nordeste, de estados mais pobres, cujos municípios de origem geralmente situam-se no sertão nordestino.

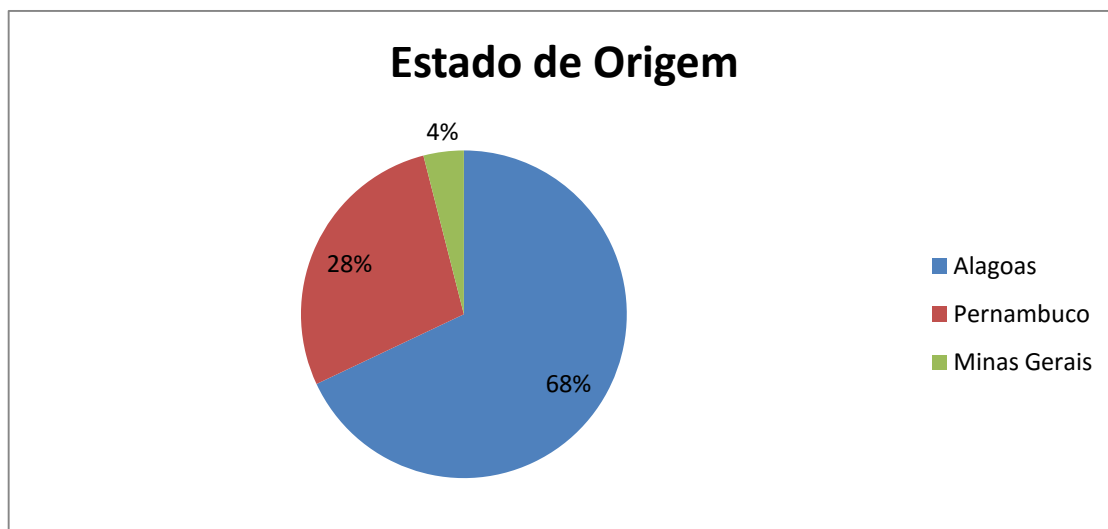


Gráfico 2: Estado de origem dos trabalhadores ex-cortadores de cana

Fonte: Trabalho de campo, 2015/2016.

Org.: Nery, N. S., 2016

Apesar de a maioria dos entrevistados responderem que desejaria voltar para o corte manual da cana pelo motivo do melhor rendimento, os mesmos reconhecem as condições degradantes e o ambiente de precarização presente neste tipo de atividade, conforme o gráfico 3.

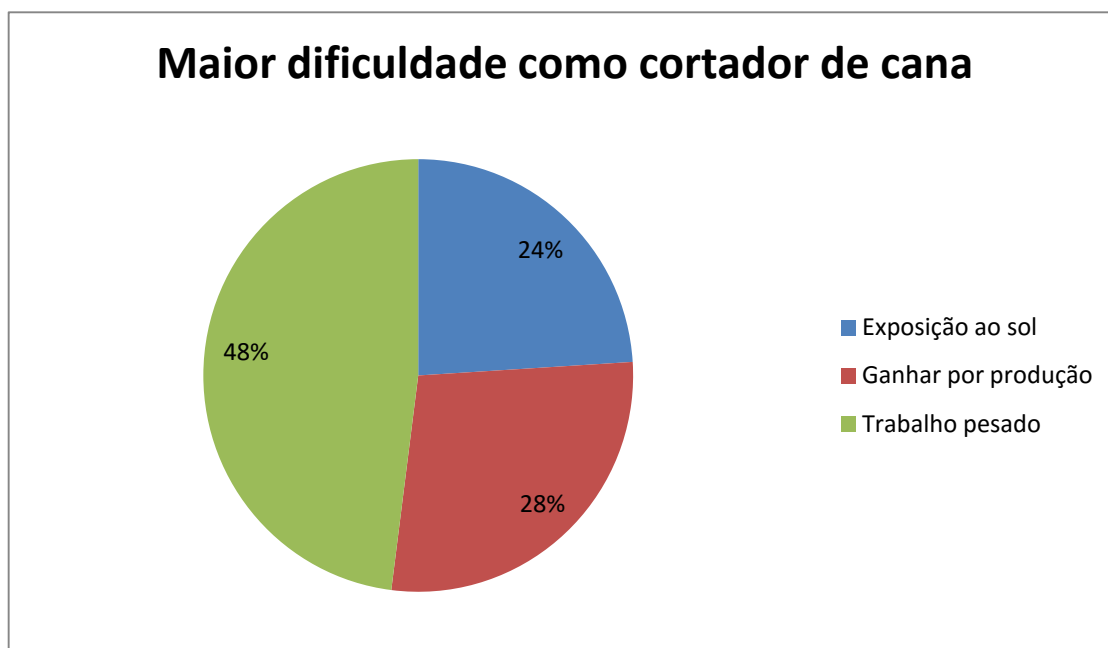


Gráfico 3: Maior dificuldade dos trabalhadores como cortadores de cana

Fonte: Trabalho de campo, 2015/2016.

Nery, N. S., 2016

Quando questionados sobre as dificuldades que sofriam enquanto cortadores de cana, 48% afirmam que o que eles denominam de "trabalho pesado", ou seja, exaustivo como a maior dificuldade enfrentada, enquanto 24% acreditam que ganhar por produção, e o restante 28% acredita ser a exposição ao sol o maior desafio.

Os trabalhadores migrantes têm grandes dificuldades de sair do corte não só pela escolaridade baixa, mas pela relação com a terra. A maioria deles é acostumada ao trabalho árduo e manual presente na sua região de origem, por esse motivo o canavial não os assusta. Situações de desemprego são frequentes em suas vidas, assim, não reclamam do trabalho como cortador de cana e se sentem gratificados pela oportunidade. A presença de mulheres nesta atividade na região de Ituiutaba é praticamente ausente, muitas vezes, segundo entrevistas, por não atenderem a produtividade necessária, são empregadas em tarefas como a de colher restos de cana, as chamadas "bituqueiras". Como os trabalhadores ganham pelo que produzem, ou seja, pela quantidade de tonelada de cana que conseguem cortar, as mulheres cortadoras ganham bem menos que os homens que executam essa função, pois esse trabalho exige muita força física.

Quando os trabalhadores foram questionados se voltariam à região de origem, a maioria, ou seja, 78% não voltariam. Quando questionados sobre o motivo, declararam a grande dificuldade de encontrar emprego com o salário considerado digno, conforme o gráfico4.

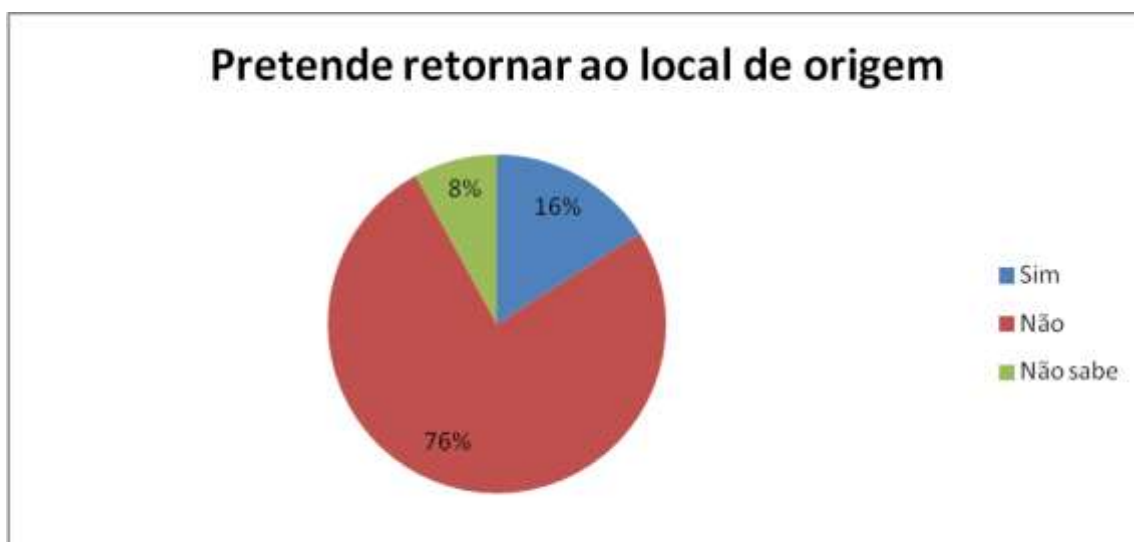


Gráfico4:Trabalhadores que pretendem retornar ao local de origem.

Fonte: Trabalho de campo, 2015/2016.

Org.: Nery, N. S., 2016

A falta de perspectivas e as inúmeras dificuldades que esses trabalhadores já enfrentaram, fizeram com que estes vissem no corte da cana uma chance de ascensão, com rendimentos considerados por eles satisfatórios. Dessa forma, todos os trabalhadores entrevistados veem o fim do corte manual e a substituição do trabalhador braçal pelas colheitadeiras como algo negativo em todos os sentidos, pois o desemprego é um dos maiores receios dos mesmos.

Um grande desafio será criar perspectivas para o grande contingente de cortadores de cana-de-açúcar que perderão seus empregos para as colhedoras mecânicas. O nível de escolaridade dos cortadores é obviamente insuficiente para realocá-los em curto prazo. Por isso, parcerias entre os agentes institucionais (UNICA, SENAC, SENAI, FAESP, FIESP, etc.) são necessárias para juntar esforços no processo de requalificação. (NEVES; CONEJERO, 2010, p. 219).

A maioria dos ex-cortadores de cana, após a falência das agroindústrias canavieiras de Ituiutaba, começaram a trabalhar na construção civil. Alguns no projeto do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida” e alguns em construções independentes. A maioria como servente de pedreiro, sem recebimento dos direitos trabalhistas conforme a tabela 1.

Tabela 1: Profissão ou atividade atual dos trabalhadores

Números absolutos	Profissão ou atividade atual
10	Construção civil (servente)
4	Serviços informais (desempregados)
4	Corte de carne (Frigorífico)
1	Ajudante de armação
3	Operador de máquina (usina)
2	Dono de bar
1	Motorista
2	Jardineiro
3	Serviços gerais

Fonte: Trabalho de campo, 2015/2016

Org.: Nery, N. S., 2016

Alguns trabalhadores declararam que entendem que a condição de um trabalhador cortador de cana é algo muito mais degradante, porém o salário mais alto é algo decisivo na escolha deles de querer voltar para o corte ou de mudar de profissão.

Todos os migrantes entrevistados residem em bairros muito afastados (figura 1) da região central da cidade, segundo eles, as principais atividades de lazer são organizadas ali mesmo na rua, seja uma partida de futebol ou truco, mas principalmente os bares, em que eles escutam músicas que gostavam de escutar na cidade natal.



Figura1: Presença de lixo no bairro de residência dos migrantes
Autor: NERY,N. S.(2015)

A falta de saneamento básico, de políticas públicas e de preocupação dos poderes públicos nesses baixos é evidente, é possível perceber esgoto a céu aberto, falta de asfaltamento das ruas e uma grande quantidade de lixo logo na entrada do bairro. (figura 2).



Figura2: Presença de esgoto a céu aberto no bairro de residência dos migrantes
Autor:NERY, N. S. (2015)

Os trabalhadores citaram também a existência de uma casa de forró em que a quase totalidade dos frequentadores são migrantes nordestinos como opção de lazer, ao serem questionados em relação às mudanças nas tradições culturais e de lazer em relação à cidade de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, verificamos que a maioria dos trabalhadores afirmou que voltaria a cortar cana se fosse possível, sendo o principal motivo para esta resposta a baixa remuneração e a falta de empregos disponíveis. Ao serem questionados sobre outros

motivos eles declararam que a pressão no trabalho como cortador é menor em relação à construção civil, frigorífico e outros empregos. Quanto às ações das esferas governamentais e as políticas públicas para solucionar o problema do desemprego decorrente da falência das usinas, os trabalhadores declararam estar satisfeitos em relação à política domiciliar, muitos deles conseguiram casas com o programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal. Porém, quando o assunto é emprego e salário a maioria tem uma linha de raciocínio bem diferente, demonstrando grande descontentamento e falta de perspectivas. Muitos dos entrevistados já tinham moradia fixa e a maioria deles tinha conquistado os bens de consumo que desejavam, como moto, celular, casa, porém muitos ainda desejavam voltar para o campo e ter algo como uma pequena propriedade rural, o que é explicado em grande parte pelas suas origens.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. 1991. Tese (Doutorado em Economia) – IE/Unicamp, Campinas, 1991.

ANDRADE, M. C. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 267-280, 2001.

BAENINGER, R. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XII, 2000, Caxambu, **Anais...**, Caxambu, 2000, v. 12. p. 1-28.

BAENINGER, R. Região, Metrópole e Interior: Espaços **Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes**. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1996.

BELTRÃO, J. **Os Nós Da Cana: a linguagem dos riscos no cotidiano do cortador de cana em usina de açúcar de Pernambuco**. Recife, 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), UFPB, Recife.

CAMPOS, L. H. R.; RAPOSO, Isabel; MAIA, A.. Empregabilidade do cortador de cana de açúcar da Zona da Mata Pernambucana no período de entressafra. **REN. Revista econômica do Nordeste**, v. 38, n. 3, p. 329-342, 2007.

CERQUEIRA; F.. **Migração Internacional**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mundo-tem-232-milhoes-de-migrantes-internacionais-calcula-onu/>> Acesso em: 1 Jan. 2015

COCKELL, F. Da enxada à colher de pedreiro: trajetórias de vulnerabilidade social na construção civil. **Interface Comunicação Saúde Educação**, v.14, n.32, p.233-4, jan./mar. 2010.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Campanha da CPT de combate ao trabalho escravo divulga dados de 2013.** Disponível em [:<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/49-trabalho-](http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/49-trabalho-)

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÕES, II, 1997, Ouro Preto, **Anais...1997**, p. 116 a 169.

DABAT, C. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** Editora Universitária UFPE, 2007.

DANIELLOU, F., LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 17, n. 68, p.1-9, 1989.

GEMELLI, D. D. Capital, território e trabalho no Oeste paranaense: o frigorífico de aves da Copagril. **Revista Pegada**, v. 10, n. 2, p. 1-13, 2009.

HECK, F.; CARVALHAL, M.. A territorialização do frigorífico de aves da Copagril em Marechal Cândido Rondon (Pr): Precarização do trabalho d desrespeito à legislação trabalhista. **Revista Pegada**, v. 11, n. 2, p. 1-26, 2010.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA. Banco de Dados Agregados.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=p&o=28&i=P> Acesso em: 03. Jan, 2015.

LOCATELLI, P. **Nove motivos pra você se preocupar com a nova lei da terceirização.** Disponível em <http://novemotivosparavocesepreocuparcomanoval.webflow./> Acesso em: 01 dez. 2015.

MARINUCCI, R.; MILESI, R.. Migrações internacionais contemporâneas. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, UFJF, 2005.

MENEZES, M.; DA SILVA, M.; COVER, M.. Os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. **Idéias-Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP**, v. 2, n. 1 (2), p. 1-29, 2011.

MOREYRA, S. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo.** Edições Loyola, 1999

NASCIMENTO, R. A. e LIMA, C.A problemática do desenvolvimento sustentável e o agronegócio canavieiro em Pernambuco. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XIX, São Paulo, **ANAIS...** São Paulo: 2009. p. 1-18.

NETO, L.. **A mecanização da colheita da cana-de-açúcar análises dos impactos sociais e ambientais.** Araras - SP, 2010.

NEVES, M.. CONEJERO, M.; **Estratégias para a cana no Brasil: um negócio classe mundial.** São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental.** 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia/ UNESP, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, P.; MENDES, J. Processo de trabalho e condições de trabalho em frigoríficos de aves: relato de uma experiência de vigilância em saúde do trabalhador. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4627-4635, 2014.

OLIVEIRA, R.; IRIART, J. Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. **Psicologia em estudo**, v. 13, n. 3, p. 437-445, 2008.

ONU BR- Organização das Nações Unidas no Brasil. **Mundo tem 232 milhões de migrantes internacionais, calcula ONU.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mundo-tem-232-milhoes-de-migrantes-internacionais-calcula-onu/> Acesso em: 30 Dez. 2015

ORTEGA, A. C. **Agronegócios e Representação de Interesses no Brasil.** Uberlândia (MG): EDUFU, 2005.

PONTAL EM FOCO. **Usinas do falido grupo João Lyra instaladas no Pontal, são temas de discussões.** Disponível em: < <http://pontalemfoco.com.br/usinas-do-falido-grupo-joao-lyra-instaladas-no-pontal-sao-temas-de-discussoes/>> Acesso em: 20 Abril 2015.

PRAGMATISMO POLÍTICO; **Trabalho escravo no Brasil em 2015: 936 pessoas são resgatadas;** Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/01/trabalho-escravo-no-brasil-em-2015-936-pessoas-sao-resgatadas.html>> acesso em: 27 dez. 2015.

POUCHARD, A. **Entenda os conflitos que motivam a saída dos refugiados de seus países.** Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/lemonde/2015/09/11/entenda-os-conflitos-que-motivam-a-saida-dos-refugiados-de-seus-paises.htm>> Acesso em 05 Jan. 2015

PYL, B. **Fiscais resgatam 284 cortadores de usinas de prefeito eleito.** Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2008/12/fiscais-resgatam-284-cortadores-de-usinas-de-prefeito-eleito/>> Acesso em 2 Jan. 2016.

QUEIROZ, A. S. **Entre a formalização e a precarização: o trabalho e o emprego dos cortadores de cana de Alagoas.** 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Porto Alegre, RS, 2013.

SALGADO, A. **Trabalho e educação motivam imigração para o Brasil.** Disponível em: <http://oestrangeiro.org/2014/02/03/trabalho-e-educacao-motivam-imigracao-para-o-brasil/> > Acesso em: 27 dez. 2015.

SANTOS, J. Migração e mecanização canavieira em Alagoas: Os recentes contornos da produção sucroalcooleira e os mecanismos de estruturação e reestruturação das relações num contexto desigual de poder e agência. **Percursos**, V. 1, N. 1, 2015, p. 39-51. Marília, 2015.

SCOPINHO, R. et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar New technologies and workers' health: mechanization of sugar cane harvesting. **Cad. Saúde Pública**, v. 15, n. 1, p. 147-161, 1999.

Secretaria de Direitos Humanos. **Combate ao Trabalho Escravo**. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/conatrae/direitos-assegurados/plano-nacional-para-a-erradicacao-do-trabalho-escravo-2013-pnete>> acesso em 04 dez. 2015.

SILVA, M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo; Fundação Editora UNESP, 1999.

SOUZA, S.; SILVEIRA, D. Migrantes nordestinas e escolarização em Ituiutaba-Mg (Anos 1950-1960). **Revista Histedbr On-Line**, V. 10, N. 40, p. 245-257, 2010.

WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Brasília, 1990.

Submetido em: 15 de maio de 2016

Aceito em: 27 de junho de 2016